

ATA N.º 12/2022

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DE PENA

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

11 DE MARÇO DE 2022

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho (PS) e os senhores Vereadores Luís Manuel Rodrigues Ferreira (PS), Isabel de Jesus Lourenço da Silva Machado (PS), Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) e Carla Alexandra Meireles da Costa (PPD/PSD).-----

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

SECRETÁRIO:-----

Carlos Manuel Martins Rosa.-----

OUTRAS PRESENCAS:-----

ABERTURA:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 09:30 horas.-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

A Vereadora Carla Alexandra Meireles da Costa (PPD/PSD) informou que foi abordada pela senhora Emília Tomé, de Seirós, que lhe comunicou que a autarquia recentemente canalizou a água das sobras do depósito de água de Seirós para uma poça, sendo que a senhora Emília Tomé terá pedido que lhe deixassem uma saída dessas águas de sobras para a sua propriedade, uma vez que já usufruía dessas águas há muito tempo, não tendo a autarquia acedido ao pedido da senhora Emília Tomé, que, inclusive, apresentou, no dia 25 de fevereiro, um requerimento escrito no Município a solicitar a colocação de um tubo de ¾ destinando a encaminhar alguma da água das sobras do depósito para a sua propriedade, ao qual ainda não terá obtido qualquer resposta da edilidade, pelo que pretende ser esclarecida sobre este assunto. O Vereador Luis Manuel Rodrigues Ferreira (PS) confirmou que o Município canalizou essa água das sobras do depósito de Seirós que pertence à autarquia para uma poça de consortes que beneficia a maioria dos proprietários dos terrenos da parte

superior da aldeia de Seirós, correspondendo à vontade da maioria da população de Seirós, evitando-se, assim, que essa água continuasse a andar perdida a destruir o caminho público, referindo, ainda, que, normalmente, essa água das sobras do depósito do Município não pode ser utilizada pela senhora Emília Tomé nos meses de verão, uma vez que, dificilmente, nessa altura existirão sobras de água. Por outro lado, o Vereador Luis Manuel Rodrigues Ferreira (PS) salientou que a senhora Emília Tomé vinha, ao longo do tempo, a fazer um aproveitamento privado dessa água das sobras sem qualquer autorização do Município, informando, ainda, que essa informação foi transmitida oralmente à senhora Emília Tomé pelos trabalhadores da autarquia que realizam o trabalho de canalização dessa água das sobras para a poça de consortes. A Vereadora Carla Alexandra Meireles da Costa (PPD/PSD) referiu que nem sempre os funcionários do Município comunicam da forma mais conveniente à população a mensagem que lhes é transmitida pelas respetivas chefias.-----

A Vereadora Carla Alexandra Meireles da Costa (PPD/PSD) referiu que tem sido abordada por alguns comerciante sobre a utilização do Balcão do Empreendedor, em especial no que se refere ao registo de esplanadas, salientando as dificuldades mencionadas por esses comerciantes em aceder por meios informáticos próprios ao Balcão do Empreendedor e em digitalizar e carregar os documentos necessários para realizar a submissão da comunicação ou pedido de autorização para a instalação de esplanadas, sugerindo, ainda, que os funcionários da autarquia ajudassem esses comerciantes a submeter os seus pedidos no Balcão do Empreendedor. Em resposta, o Vereador Luis Manuel Rodrigues Ferreira (PS) referiu que, desde há muito tempo, que os trabalhadores dos serviços de Atendimento e de Licenciamento do Município auxiliam todas as pessoas que se dirigem à autarquia para a submissão de pedidos através do Balcão do Empreendedor. A Vereadora Carla Alexandra Meireles da Costa (PPD/PSD) mencionou que uma das pessoas que a abordou sobre este assunto terá sido, segundo o relato dessa pessoa, aconselhada por trabalhadores dos próprios serviços do Município a pedir-lhe ajuda para submeter os pedidos de colocação de esplanada através do Balcão do Empreendedor, referindo que não se importa de ajudar as pessoas, mas que considera que a autarquia dispõe de meios humanos e técnicos suficientes para prestar este serviço aos comerciantes. Em resposta, o Vereador Luis Manuel Rodrigues Ferreira (PS) disse que conhecendo os profissionais que, em concreto, trabalham nos serviços de Atendimento e de Licenciamento do Município, não acredita que qualquer um

desses trabalhadores se tivesse recusado a ajudar alguém que se tenha dirigido a estes serviços da autarquia.-----

O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) reiterou o pedido de disponibilização do mapa do resumo diário de tesouraria, com a situação financeira do Município, reportado ao dia anterior à data da realização da reunião, questionado se existia algum motivo em particular para o executivo municipal não conseguir fornecer essa informação já solicitada em anteriores reuniões. Por outro lado, questionou o executivo se confirmava a informação de que teriam havido atos de vandalismo na Quinta da Carvalheda e se foram tomadas algumas medidas de segurança. O Presidente da Câmara Municipal confirmou que foram vandalizadas uma porta e a respetiva fechadura e que a autarquia participou esses factos às competentes autoridades de investigação criminal, tendo, também, imediatamente, reparado a porta e a fechadura vandalizadas, tendo ainda mencionado que o Município já tinha instalado um sistema de videovigilância das instalações e que, inclusive, forneceu as gravações às autoridades que estão a investigar o assunto. O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) referiu que presumia que o Município estava a preparar a abertura da Quinta da Carvalheda ao público, situação que considerava positivo, questionando, ainda, se já existia alguma definida para a abertura desse espaço ao público e qual seria o âmbito da visita ou programa de ação de utilização da Quinta da Carvalheda. O Presidente da Câmara Municipal respondeu que esse espaço está a ser preparado para se aberto ao público, mas que o Município está a ter alguma dificuldade em programar a abertura da Quinta da Carvalheda porque a autarquia destacou alguns funcionários para trabalhar nesse espaço, mas que entretanto, infelizmente, esses funcionários adoeceram e que, neste momento, apenas uma trabalhadora está ao serviço, formulando votos para que os funcionários de baixa médica recuperem da doença e voltem rapidamente ao serviço. Finalmente, o Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) disse que tomou conhecimento de que há algumas semanas atrás uma funcionária da escola terá sofrido uma intoxicação provocada por produtos com cloro, questionando se esta informação era verdadeira, e se foram tomadas algumas providências sobre esta situação. O Presidente da Câmara Municipal respondeu que não tinha conhecimento dessa situação, salientando, contudo, que se tal situação se tiver realmente verificado, acredita que os

serviços competentes tenham tomado as providências necessárias para apurar as causas e a melhor forma de resolver a situação.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

I

PRESENTE, PARA CONHECIMENTO, RELATÓRIO E CONTAS 2021 DA ATBERG - EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, LDA.;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e submeteu à Assembleia Municipal.

II

PRESENTE, PARA CONHECIMENTO, 1ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) solicitou esclarecimentos sobre as alterações aos documentos previsionais apresentadas. O secretário da reunião de Câmara Municipal e Diretor de Departamento de Administração Geral do Município prestou, oralmente, alguns dos esclarecimentos solicitados. O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) sugeriu que, no futuro, as alterações aos documentos previsionais fossem acompanhadas de uma breve descrição explicativa sobre o conteúdo das mesmas, por forma a facilitar a sua compreensão e interpretação.

III

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA O CONCURSO DE EMPREENDEDORISMO “RIBEIRA EMPREENDE” – 7ª EDIÇÃO, SOLICITADO PELA ADRIPOIO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO PÓIO;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de apoio financeiro.



IV

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA E A REN – REDE ELÉTRICA NACIONAL, S.A;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo. O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) questionou se o valor do constante do protocolo resultou da elaboração de algum projeto técnico. O Presidente da Câmara Municipal respondeu que o valor previsto no protocolo resultou do trabalho conjunto entre os técnicos do Município e os técnicos da REN - REDE ELÉTRICA NACIONAL, S.A., já vertido num projeto técnico de empreitada.

V

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DE PENA; -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.

VI

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA NA ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA EHATB, EIM, S.A;----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, através de escrutínio secreto, com três votos a favor e dois votos em branco.

VII

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, TERMO DE ACEITAÇÃO DO NORTE 02-0853-FEDER-037657 – “EXPANSÃO DA AAE DA PORTELA DE SANTA EULÁLIA”;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o termo de aceitação. O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) manifestou a congratulação dos Vereadores do PPD/PSD pela receção do Termo de Aceitação da candidatura aprovada em 03/2021 e com a possibilidade de a área empresarial poder expandir-se, colocando, nesse sentido, ainda, as seguintes três questões: Qual é área a intervir, quantos lotes vão ser criados e qual a área total desses lotes? Qual o motivo para a operação ter sido aprovada em 04/03/2021, há mais de um ano, e só agora termos

presente o termo de aceitação para outorga? De um investimento total previsto, a preços de 2021, de 2.652.113,07€ apenas 2.121.141,02€ foram considerados elegíveis e apenas se obteve uma taxa de financiamento de 70,72% com um fundo de 1.500.000€ havendo a necessidade de um autofinanciamento de 1.152.113,07€ a suportar pelo Município de Ribeira de Pena. Perguntávamos qual vai ser a forma de financiamento deste valor? O Presidente da Câmara Municipal respondeu que a área total a intervir corresponde a cerca de 7 a 8 hectares e prevê a construção de 8 lotes industriais, referindo também que o atraso entre a data de aprovação da candidatura e a da receção do termo de aceitação deveu-se à delonga do processo de expropriação de prédios necessários à execução do projeto. Finalmente, o Presidente da Câmara Municipal disse que o Município pode, em função da situação financeira do Município, recorrer a verbas próprias da autarquia ou a outras fontes de financiamento para suportar o diferencial do custo da empreitada de execução do projeto de Expansão da Área da Acolhimento Empresarial da Portela de Santa Eulália.

VIII

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA DA REVISÃO DO PDM DE RIBEIRA DE PENHA;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, através de escrutínio secreto, aprovar a proposta.

IX

PRESENTE, PARA APROVAÇÃO, PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE RIBEIRA DE PENHA;-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com uso de voto de qualidade do Presidente da Câmara Municipal, aprovar a proposta, com os votos contra dos Vereadores do PSD. O Vereador Luís Manuel Rodrigues Ferreira (PS) não participou, por impedimento legal, na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala. O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) questionou se existem e quais são os protocolos que se encontram em vigor com a AFRP e relativamente ao considerando da *alínea g)* do texto da proposta que refere que “A Associação Florestal gere 5 equipas de

sapadores florestais que asseguram a execução de trabalhos de silvicultura preventiva da responsabilidade da autarquia.” questionou se os trabalhos de silvicultura preventiva, referidos, têm a ver com as faixas de proteção, competência do Município? E se a sua execução é contratualizada sob a forma de prestação de serviços ou outra? Por outro lado, o Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) questionou, relativamente à proposta, e considerando que os custos inerentes às equipas de sapadores florestais serão, salvo erro, financiados pelo ICNF, com um montante de 45.000€ e a restante parte é suportada pelas Juntas de Freguesia, qual o fundamento para o valor proposto, solicitando também que lhe fosse fornecida cópia do pedido efetuado pela AFRP, similarmente ao que nos é apresentado pela ADRIPOIO, inerente ao ponto três da Ordem do Dia da presente reunião. O Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) perguntou, ainda, quais são as atividades de prevenção e defesa da floresta que pretendem desenvolver, se pretendem contratar uma nova equipa, se vão adquirir novo equipamento, se vão melhorar as condições salariais dos sapadores florestais, a que fim em concreto se destina o apoio financeiro. Finalmente, o Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) questionou se o subsídio atribuído será contratualizado através da celebração de um protocolo que estabeleça as condições da atribuição do apoio, a sua monitorização, e se a minuta desse protocolo não é presente à reunião de câmara. Os Vereadores Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD) e Carla Alexandra Meireles da Costa (PPD/PSD) apresentaram a seguinte declaração de voto de vencido: *“Reforçando a importância que atribuímos à AFRP para o concelho e o seu papel no apoio à silvicultura preventiva, à prevenção e defesa da floresta, ao apoio aos agricultores e produtores pecuários enquanto entidade recetora de candidaturas agrícolas e também enquanto entidade formadora certificada pela DGERT. Reforçando que importa apoiar as instituições do concelho, para os fins e objeto social que estatutariamente lhes é confiado. Contudo e atendendo ao montante a atribuir de 60.000€, à fundamentação apresentada para atribuição do apoio, às questões e respostas que precedem e essencialmente à falta de informação disponibilizada para a definição e quantificação do apoio, a falta de apresentação de um mecanismo de monitorização, não nos encontramos na posse da informação mínima que consideramos ser indispensável, para podermos votar em consciência a atribuição do apoio proposto, pelo que na sua ausência, votamos contra com voto de vencido, nos termos da Lei n.º 75/2013.”*



Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, eram 10:20 horas, da qual, para constar, se lavrou e aprovou, a presente de ata, que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, e a mesma vai ser assinada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Noronha, e por mim, Carlos Rosa, Diretor de Departamento de Administração Geral, com funções de Secretário que a redigi.---

O Presidente da Câmara

João Noronha, Dr.

O Secretário

Carlos Rosa